



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

S01

PROCURADOR

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um *caderno de questões* contendo 50 (cinquenta) questões objetivas;
 - Um *cartão de respostas* personalizado;
 - Um caderno de respostas para a *redação*.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no *caderno de questões*, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Verifique se os seus dados estão corretos no *cartão de respostas*.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer sua prova. Faça-a com tranquilidade, mas *controle o seu tempo*. Este *tempo* inclui a marcação do *cartão de respostas*.
- Leia atentamente cada questão e assinale no *cartão de respostas* a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no *cartão de respostas* é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica preta, o espaço a ela correspondente.
- Ao candidato somente será permitido levar seu *caderno de questões* faltando 30 minutos para o término da prova.
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu *cartão de respostas* e retirar-se da sala de prova.
- Ao término da sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o *cartão de respostas* devidamente assinado.
- Os três últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do *responsável pelo local*.
- O *cartão de respostas* **não** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.

REDAÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO -, o problema da fome no mundo não é decorrente da falta de alimentos, mas da má distribuição dos alimentos produzidos. Em muitos países, entre eles o Brasil, há um significativo excedente de grãos que impulsiona o mercado exportador; mas, por outro lado, é também significativa a parcela da população que passa fome.

Redija, em aproximadamente 30 linhas, um texto dissertativo sobre este tema, apresentando com clareza a sua opinião e fundamentando-a com argumentos consistentes.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leio o texto com atenção e responda às perguntas que seguem.

A pior explicação [para o resultado do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo realizado recentemente no país] me parece ser a que divide o “não” e o “sim” entre bandidos e mocinhos. O “não” é o partido da bala, o “sim” é o partido da paz; o “não” defende o direito de matar, o “sim” é pela vida; o “não” é a opção pela barbárie, o “sim” é a escolha da civilização e coisas do gênero.

A explicação é maniqueísta na medida em que divide o mundo em bons e maus. É presunçosa quando coloca seu defensor do lado dos bons. É elitista e arrogante quando desrespeita a opinião de 60 milhões de brasileiros, reduzindo-os a partidários do mal ou, no mínimo, a idiotas enganados e manipulados por um grupo maquiavélico de fabricantes e comerciantes de armas.

Creio haver certa concordância entre analistas sobre o fato de que a força da campanha do “não” consistiu em enfatizar dois pontos, o direito individual à legítima defesa e a crítica ao fracasso das políticas públicas de segurança, isto é, ao não-cumprimento pelo Estado do dever de proteger os cidadãos.

Sem entrar na discussão substantiva do tema, eu diria que a surpresa do resultado do referendo provém exatamente do fato de que tais argumento tenham encontrado recepção tão positiva. Houve seguramente fatores tópicos que afetaram os resultados, como a tradição gaúcha de uso de armas, as necessidades de defesa das populações de fronteira. Mas eles não explicam a vitória generalizada do “não”.

A surpresa vem, sobretudo, do eco encontrado pela defesa de um direito civil clássico, a proteção da própria vida. Pesquisa de opinião pública na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1997, revelou muito baixa consciência de direitos, sobretudo políticos e civis. Do total de entrevistados, 57% não conseguiram mencionar nem um direito sequer. Apenas 2% mencionaram direitos políticos e 12% direitos civis. A situação só melhorava um pouco em relação aos direitos sociais, reconhecidos por 26% dos entrevistados.

O referendo veio mostrar que, colocados diante de um problema concreto de direitos, os eleitores identificaram com clareza um direito civil clássico. É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade. O “não” predominou exatamente entre os mais educados.

Pode-se alegar que se trata propriamente de um direito clássico, isto é, de um liberalismo do século 19. Mas, em nossa tradição estatista e patrimonial, desenvolver a consciência de direitos individuais, mesmo com um século de atraso, é, sem dúvida, uma novidade e mesmo um progresso.

O progresso do outro argumento não foi surpresa. Nossa tradição sempre atribuiu ao Estado a tarefa de resolver tudo, inclusive o problema da segurança (nesse ponto, aliás, ela não diverge da tradição do Estado gendarme). É o óbvio ululante que nossos governos, nos três níveis de administração, com ou sem contingenciamento de verbas, têm falhado miseravelmente em proteger o cidadão. Impedir que o cidadão decida se vai ou não comprar uma arma quando o governo não consegue defendê-lo, restringir um direito ao mesmo tempo que não se cumpre um dever - eis a combinação explosiva que me parece ter levado 60 milhões a votar pelo “não”, concorde-se ou não com a decisão.

Não por acaso, em Diadema, onde a prefeitura executa há cinco anos, antes do Estatuto do Desarmamento, uma política eficiente de segurança, o “sim” venceu, embora por pequena margem.

(CARVALHO, José Murilo de. *Folha de São Paulo*: 30 / 10 / 2005.)

1) Há evidente equívoco na determinação do sentido da seguinte palavra em destaque, usada no texto:

- A) “na discussão **substantiva** do tema” (4º §) / substancial, essencial;
- B) “fatores **tópicos** que afetaram os resultados” (4º §) / locais, regionais;
- C) “em nossa tradição **estatista** e patrimonial” (7º §) / contábil, estatística;
- D) “da tradição do Estado **gendarme**” (8º §) / militarista, policialesco;
- E) “com ou sem **contingenciamento** de verbas” (8º §) / restrição, limitação.

2) Faz-se concessão a ponto de vista discordante daquele que é sustentado no texto em:

- A) “Houve seguramente fatores tópicos que afetaram os resultados, como a tradição gaúcha do uso de armas, as necessidades de defesa das populações de fronteira.” (4º §);
- B) “A surpresa vem, sobretudo, do eco encontrado pela defesa de um direito civil clássico, a proteção da própria vida.” (5º §);
- C) “Pesquisa de opinião pública na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1997, revelou muito baixa consciência de direitos, sobretudo políticos e civis.” (5º §);
- D) “O ‘não’ predominou exatamente entre os mais educados.” (6º §);
- E) “Não por acaso, em Diadema, onde a prefeitura executa há cinco anos, antes do Estatuto do Desarmamento, uma política eficiente de segurança, o ‘sim’ venceu, embora por pequena margem.” (9º §).

3) A passagem na qual se refuta argumento que contradiz o ponto de vista defendido no texto é a seguinte:

- A) "A explicação é maniqueísta na medida em que divide o mundo em bons e maus." (2º §);
- B) "A situação só melhorava um pouco em relação aos direitos sociais, reconhecidos por 26% dos entrevistados." (5º §);
- C) "É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade." (6º §);
- D) "Mas, em nossa tradição estatista e patrimonial, desenvolver a consciência de direitos individuais, mesmo com um século de atraso, é, sem dúvida, uma novidade e mesmo um progresso." (7º §)
- E) "É o óbvio ululante que nossos governos, nos três níveis da administração, com ou sem contingenciamento de verbas, têm falhado miseravelmente em proteger o cidadão." (8º §).

4) A frase em que ocorre forma verbal empregada para expressar, não a noção de tempo, mas a de hipótese ou possibilidade é:

- A) "Sem entrar na discussão substantiva do tema, eu diria que a surpresa do resultado do referendo provém exatamente do fato de que tais argumentos tenham encontrado recepção tão positiva." (4º §);
- B) "A surpresa vem, sobretudo, do eco encontrado pela defesa de um direito civil clássico, a proteção da própria vida." (5º §);
- C) "O referendo veio mostrar que, colocados diante de um problema concreto de direitos, os eleitores identificaram com clareza um direito civil clássico." (6º §);
- D) "É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade." (6º §);
- E) "É o óbvio ululante que nossos governos, nos três níveis de administração, com ou sem contingenciamento de verbas, têm falhado miseravelmente em proteger o cidadão." (8º §).

5) Dentre as expressões abaixo, aquela que remete a elemento pertencente ao universo fora do texto é:

- A) "seu defensor" (2º §);
- B) "tais argumentos" (4º §);
- C) "outro argumento" (8º §);
- D) "nossa tradição" (8º §);
- E) "nesse ponto" (8º §).

6) Em: "O 'não' é o partido da bala, o 'sim' é o partido da paz; o 'não' defende o direito de matar, o 'sim' é pela vida; o 'não' é a opção pela barbárie, o 'sim' é a escolha da civilização e coisas do gênero" (1º §), os contrastes expressos se evidenciariam mais adequadamente com o uso, após as vírgulas, dos conectivos:

- A) mas / contudo / todavia;
- B) já / enquanto / ao passo que;
- C) enquanto / apesar de que / não obstante;
- D) já / entretanto / apesar de que;
- E) porém / ao passo que / contudo.

7) No trecho "A explicação é maniqueísta **na medida em que** divide o mundo em bons e maus" (2º §), o sentido do conectivo em negrito ficará alterado sensivelmente se for substituído por:

- A) tendo em vista que;
- B) considerando que;
- C) dado que;
- D) visto como;
- E) à proporção que.

8) A locução **isto é**, com duas ocorrências (3º § e 7º §), introduz no texto, em relação ao que foi dito anteriormente, uma:

- A) explicação;
- B) retificação;
- C) dedução;
- D) especificação;
- E) síntese.

9) A alternativa em que os sufixos dos nomes abaixo, extraídos do texto, exprimem, respectivamente, **ato ou resultado de ação, qualidade e relação ou referência** é:

- A) analista / escolaridade / substantiva;
- B) discussão / liberalismo / sintomático;
- C) concordância / clareza / patrimonial;
- D) cumprimento / defensor / metropolitana;
- E) partidário / segurança / miseravelmente.

10) Ocorre a elipse de um termo oracional no seguinte período:

- A) "A explicação é maniqueísta na medida em que divide o mundo em bons e maus."
- B) "É presunçosa quando coloca seu defensor do lado dos bons."
- C) "Do total de entrevistados, 57% não conseguiram mencionar nem um direito sequer."
- D) "É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade."
- E) "O êxito do outro argumento não foi surpresa."

11) A mudança na ordem dos termos altera o sentido fundamental do enunciado em:

- A) "A explicação é maniqueísta na medida em que divide o mundo em bons e maus." / A explicação, na medida em que divide o mundo em bons e maus, é maniqueísta.
- B) "Pesquisa de opinião pública na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 1997, revelou muito baixa consciência de direitos, sobretudo políticos e civis." / Pesquisa de opinião pública em 1997, na região metropolitana do Rio de Janeiro, revelou muito baixa consciência de direitos, sobretudo políticos e civis.
- C) "O referendo veio mostrar que, colocados diante de um problema concreto de direitos, os eleitores identificaram com clareza um direito civil clássico." / O referendo veio mostrar que os eleitores identificaram com clareza, colocados diante de um problema concreto de direitos, um direito civil clássico.
- D) "É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade." / É sintomático que, na pesquisa, também a consciência de direitos variava na proporção direta da escolaridade.
- E) "Nossa tradição sempre atribuiu ao Estado a tarefa de resolver tudo, inclusive o problema da segurança." / Nossa tradição sempre atribuiu ao Estado a tarefa de tudo resolver, inclusive o problema da segurança.

12) A substituição do complemento verbal em negrito pelo pronome átono está gramaticalmente incorreta em:

- A) "A força da campanha do 'não' consistiu em enfatizar **dois pontos**" / consistiu em enfatizá-los;
- B) "Houve seguramente fatores tópicos que afetaram **os resultados**" / que os afetaram;
- C) "Mas eles não explicam **a vitória generalizada do 'não'**" / não a explicam;
- D) "Os eleitores identificaram com clareza **um direito civil clássico**" / identificaram-no com clareza;
- E) "Nossos governos têm falhado miseravelmente em proteger **o cidadão**" / têm falhado em proteger-lhe.

13) Reescreveram-se os trechos abaixo, alterando-se apenas a colocação do pronome átono:

- I - "Pode-se alegar que se trata propriamente de um direito clássico" / Pode alegar-se que se trata propriamente de um direito clássico.
- II - "o governo não consegue defendê-lo" / o governo não o consegue defender.
- III - "ao mesmo tempo que não se cumpre um dever" / ao mesmo tempo que não cumpre-se um dever.
- IV - "eis a combinação explosiva que me parece ter levado 60 milhões a votar pelo 'não'" / eis a combinação explosiva que parece ter levado-me 60 milhões a votar pelo "não".

Estão de acordo com as normas descritas nas gramáticas as alterações realizadas em:

- A) I e II;
- B) I, II e III;
- C) I e IV;
- D) II, III e IV;
- E) III e IV.

14) A gramática ensina que em não poucos contextos frasais a concordância verbal é facultativa. Tendo em vista esse fato, sugere-se abaixo, entre parênteses, ao lado da concordância observada no texto, uma segunda possibilidade de concordância.

- I - "Houve (houveram) seguramente fatores tópicos que afetaram os resultados".
- II - "Do total de entrevistados, 75% não conseguiram (conseguiu) mencionar nem um direito sequer".
- III - "É sintomático também que, na pesquisa, a consciência de direitos variava (variavam) na proporção direta da escolaridade".
- IV - "eis a combinação explosiva que me parece ter (terem) levado 60 milhões a votar pelo 'não'".

Deve-se entender como correta, no português culto, a dupla concordância que se lê em:

- A) I;
- B) I e II;
- C) III e IV;
- D) todos os enunciados;
- E) nenhum dos enunciados.

15) Há erro quanto à regência do verbo da oração adjetiva em:

- A) A tese da autodefesa, a que os eleitores acabaram anuindo, parece legítima.
- B) A tese da autodefesa, em que muitos preferiram refutar, oferecia grandes riscos.
- C) A tese da autodefesa, contra que os mais moderados se insurgiram, acabou vitoriosa.
- D) A tese da autodefesa, por que lutaram os que não viam outra saída, é constitucional.
- E) A tese da autodefesa, com que se identificaram os gaúchos, perdeu em Diadema.

16) O verbo **provir** está corretamente flexionado no trecho "eu diria que a surpresa do resultado **provém** exatamente do fato de que tais argumentos tenham encontrado recepção tão positiva". A opção em que esse verbo está flexionado equivocadamente é:

- A) Supomos que a surpresa do resultado provenha exatamente desse fato.
- B) Ninguém acreditou que a surpresa do resultado proviesse tão somente desse fato.
- C) Havia outros fatos, dos quais a surpresa do resultado naturalmente provinha.
- D) A surpresa do resultado tinha provindo não daquele, mas de outro fato.
- E) É certo que a surpresa do resultado proveu não de outro, mas daquele fato.

17) No quinto parágrafo, a mudança de pontuação inaceitável, do ponto de vista das normas vigentes, é:

- A) o apagamento das vírgulas que assinalam o destaque fonético dado, no primeiro período, ao termo "sobretudo";
- B) o uso de dois pontos, em vez de vírgula, ainda no primeiro período, entre "um direito civil clássico" e seu aposto;
- C) a substituição da vírgula por travessão, no segundo período, entre o nome "direitos" e a especificação que se lhe segue;
- D) o uso de vírgula, no terceiro período, entre o verbo "mencionar" e seu complemento;
- E) o emprego de vírgula para assinalar a elipse de uma forma verbal no quarto período.

18) A alternativa em que todos os vocábulos estão acentuados em razão das mesmas regras ortográficas que determinam a acentuação gráfica dos vocábulos **barbárie**, **maniqueísta** e **defendê-lo**, respectivamente, é:

- A) óbvio / gaúcho / excluí-lo;
- B) sério / argúi / encontrá-lo;
- C) água / prejuízo / antevê;
- D) assembléia / cafeína / transpô-lo;
- E) bacharéis / saúde / bisavô.

REGULAMENTO DE PESSOAL

19) Os Recursos Humanos necessários para a concretização dos produtos ou serviços de uma organização, definidos em quantidade e qualidade adequadas, formam o seu *quadro de pessoal*. Sobre a composição do quadro de pessoal da CONAB, analise as afirmativas a seguir:

- I – o grupo ocupacional I reúne a força de trabalho semiqualficada que exerce atividades operacionais básicas e serviços auxiliares de apoio.
- II – o grupo ocupacional II é composto por empregados qualificados de nível médio que atuam no apoio e na assistência técnica administrativa e operacional.
- III – o grupo ocupacional III é integrado por profissionais com formação de nível superior que exercem, entre outras, as funções de gestão, planejamento e assessoria.

Assinale as afirmativas corretas:

- A) apenas I;
- B) apenas III;
- C) apenas I e II;
- D) apenas II e III;
- E) I, II e III.

20) O ingresso de um novo funcionário no quadro de carreira da CONAB se dará por:

- A) nomeação do setor de Recursos Humanos;
- B) aprovação em Concurso Público;
- C) readaptação exigida pela Companhia;
- D) titulação aprovada pelo Conselho Diretor;
- E) decisão explícita da Presidência.

21) Sobre os critérios de progressão, promoção e reclassificação adotados pela CONAB, avalie as afirmativas a seguir:

- I – progressão é a evolução salarial e/ou funcional proporcionada pelos instrumentos de promoção e de reclassificação.
- II – promoção é a ascensão funcional do empregado que se processa por merecimento ou por antiguidade.
- III – reclassificação é a progressão do empregado para classe de cargo de faixa ou de nível superior à que ocupa.

Assinale as afirmativas corretas:

- A) apenas II;
- B) apenas I e III;
- C) apenas II e III;
- D) apenas I e II;
- E) I, II e III.

22) Na CONAB os empregados concorrem à promoção por antiguidade na seguinte situação:

- A) a partir do primeiro mês imediatamente posterior ao mês em que completou dois anos da última promoção por antiguidade/ou da admissão;
- B) a partir da data do efetivo retorno do licenciamento por suspensão do contrato de trabalho, incluindo o período de paralisação do contrato;
- C) mesmo que afastado em razão de acidente de trabalho por mais de seis meses, em condições de igualdade com os demais empregados;
- D) pelos méritos acumulados ao longo da carreira com 20 anos de assiduidade e 8 faltas justificadas no último ano trabalhado;
- E) mesmo que tenha sofrido advertência disciplinar no período considerado para a promoção, já que não pode ser punido duas vezes.

23) A cessão de um empregado da CONAB, mesmo nos casos previstos em lei, deverá ser evitada nas seguintes situações **com exceção de uma**. Assinale-a:

- A) está lotado em uma unidade com deficiência de pessoal;
- B) tem qualificação técnica indispensável para a Companhia;
- C) está respondendo a processo de sindicância administrativa;
- D) foi reintegrado ou readmitido por liminar judicial;
- E) está garantido na Companhia por tempo de serviço.

24) O Capítulo XIII do Regulamento de Pessoal da CONAB trata dos deveres dos seus empregados, além daquelas estabelecidas pela CLT.

Sobre os deveres do empregado da Companhia analise as seguintes afirmativas:

- I – Cumprir as determinações dos superiores hierárquicos exceto quando reconhecidamente ilegais.
- II – Guardar sigilo sobre informações a que tenha acesso em razão da função que exerce.
- III – Manter sigilo sobre as irregularidades que conhecer e que possam acarretar prejuízos para o patrimônio da Companhia.
- IV – Valer-se da sua condição funcional para obter, direta ou indiretamente, qualquer vantagem pessoal.

Assinale:

- A) apenas I e II;
- B) apenas III e IV;
- C) apenas II e III;
- D) apenas I e IV;
- E) apenas III e IV.

INFORMÁTICA BÁSICA

25) Em relação às memórias do computador, um parâmetro que define a velocidade da memória é conhecido como:

- A) voltagem;
- B) clock;
- C) tempo de acesso;
- D) aceleração;
- E) resolução.

26) Em relação aos dispositivos de entrada, pode-se afirmar que, dos itens relacionados nas opções abaixo, contém apenas dispositivos de entrada:

- A) teclado e mouse;
- B) mouse e fonte;
- C) fonte e teclado;
- D) memória e mouse;
- E) gabinete e fonte.

27) Nas placas de CPU existem, pelo menos, dois tipos de interfaces: as seriais e a paralela. Dos dispositivos seriais listados abaixo, o mais comum encontrado é:

- A) impressora serial;
- B) plotter;
- C) tablet;
- D) mouse;
- E) fonte.

28) No Sistema Operacional Windows 95/98, para se saber a quantidade exata de memória RAM livre sob o windows em um determinado instante, utiliza-se o programa:

- A) Scandisk;
- B) Mídia Player;
- C) Conversor de Unidade;
- D) Msconfig;
- E) Monitor do Sistema.

29) Nas transações com cartão de crédito, em que se utilizam navegadores na Internet, para certificar-se de que as informações transmitidas estejam criptografadas e dificultem o acesso de hackers, normalmente é preciso:

- A) verificar se o provedor de acesso possui certificação;
- B) observar se o endereço da página onde está sendo feito o acesso inicia-se com https;
- C) solicitar uma senha para este acesso ao seu provedor;
- D) só utilizar computadores de uso público;
- E) utilizar um navegador especialmente feito para transações com cartões de crédito.

30) Em relação ao editor de texto Word, a parte inferior da janela que contém informações relacionadas à sua posição no documento atual e a contagem de páginas é conhecida como barra de:

- A) menu;
- B) tarefas;
- C) ícones;
- D) status;
- E) ferramentas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31) Servidor público que já poderia ter-se aposentado integralmente, dois meses antes de 15 de dezembro de 1998 - data da promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98 (publicada em 16/12/98), que modificou o disciplinamento previdenciário do Serviço Público -, só veio a fazê-lo (aposentar-se) em 03 de janeiro de 2004, posteriormente, portanto, a 30 de dezembro de 2003 - data da promulgação da Emenda Constitucional nº 41/03 (publicada em 31/12/03), que alterou o regramento previdenciário no Serviço Público. Nesta hipótese, a lei regenciadora da aposentadoria do referido servidor público será a:

- A) posterior a 30 de dezembro de 2003;
- B) imediatamente anterior a 30 de dezembro de 2003;
- C) vigente entre 15 de dezembro de 1998 e 30 de dezembro de 2004;
- D) vigente em 1º de janeiro de 2004;
- E) vigente em 15 de dezembro de 1998.

32) Na hipótese de servidor público ocupante de dois cargos públicos estaduais privativos de profissionais de saúde vir a ser contratado, como servidor temporário, por autarquia federal, ocorrerá acumulação:

- A) lícita, se houver compatibilidade de horário dos trabalhos do servidor;
- B) lícita, porque o servidor estará trabalhando para duas diferentes pessoas jurídicas de direito público, o Estado e uma autarquia;
- C) ilícita, porque, neste caso, não há compatibilidade horária dos trabalhos do servidor;
- D) ilícita, porquanto sua contratação, embora como temporário, representa uma terceira vinculação do servidor ao Serviço Público;
- E) ilícita, porquanto sua contratação como temporário não configura uma nova vinculação do servidor ao Serviço Público.

33) Para a aprovação de projetos de leis ordinárias, de leis complementares e de emendas constitucionais, requer-se, respectivamente, maioria:

- A) simples, maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso e maioria absoluta dos membros das Câmaras;
- B) maioria absoluta dos membros das Câmaras, maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso e maioria relativa;
- C) relativa, maioria absoluta dos membros das Câmaras e maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso;
- D) maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso, maioria simples e maioria absoluta dos membros das Câmaras;
- E) absoluta (nos dois primeiros casos) e maioria de três quintos dos membros das Casas do Congresso (na última hipótese).

34) O processamento e julgamento de habeas-corpus contra ato do Procurador-Geral da República é da competência:

- A) originária do Superior Tribunal de Justiça;
- B) originária do Supremo Tribunal Federal;
- C) originária do Conselho Nacional de Justiça;
- D) derivada do Superior Tribunal de Justiça;
- E) derivada do Supremo Tribunal Federal.

35) A imunidade tributária recíproca proíbe que:

- A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituíam impostos sobre patrimônio, rendas ou serviços, uns dos outros;
- B) os Estados e os Municípios instituíam impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, e vice-versa;
- C) os Municípios instituíam impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos Estados e da União, e vice-versa;
- D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituíam impostos sobre patrimônio, rendas ou serviços, uns dos outros, a não ser que lei federal disponha o contrário;
- E) a União institua impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

36) No caso de contratação de empresa para realizar obra emergencial de que está a necessitar hospital público, tem-se uma hipótese de licitação:

- A) extraordinária;
- B) obrigatória;
- C) vedada;
- D) inexigível;
- E) dispensável.

37) Na hipótese de conduta penal e administrativamente ilícita, a prescrição da conduta penal:

- A) não trará quaisquer conseqüências para o âmbito administrativo, haja vista a autonomia destes dois campos do Direito, o penal e o administrativo;
- B) não trará quaisquer conseqüências quanto à aplicação da sanção administrativa, tendo-se em vista a maior severidade do Direito Administrativo face ao Direito Penal;
- C) será considerada uma agravante quando da aplicação da penalidade administrativa;
- D) ensejará a prescrição da penalidade administrativa, haja vista a maior severidade do Direito Penal face ao Direito Administrativo;
- E) será considerada uma atenuante quando da aplicação da penalidade administrativa.

38) Candidato aprovado em 1º lugar em concurso público para uma autarquia federal:

- A) tem direito a ser nomeado;
- B) pode exigir, caso não seja logo nomeado, que o Poder Judiciário ordene à autarquia que o faça;
- C) tem direito, unicamente, a que seja rigorosamente observada, para o fim de nomeação, a ordem de classificação dos candidatos aprovados;

- D) pode exigir, caso não seja nomeado, que o Poder Judiciário condene a autarquia a indenizá-lo por perdas e danos morais e materiais;
- E) pode exigir, caso não seja nomeado, que a autarquia realize novo concurso público para o cargo para o qual concorreu.

39) Na hipótese de responsabilidade extracontratual do Estado, a culpa exclusiva da vítima:

- A) atenua a responsabilidade do Estado;
- B) exclui a responsabilidade do Estado e a do servidor público;
- C) não afasta a responsabilidade do Estado;
- D) exclui a responsabilidade do servidor público;
- E) atenua a responsabilidade do servidor público.

40) São características dos bens públicos:

- A) a inalienabilidade (dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, enquanto afetados a fins públicos), a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a impossibilidade de oneração;
- B) a alienabilidade (dos bens de uso especial e de uso comum do povo, quando desafetados a fins públicos), a imprescritibilidade, a penhorabilidade e a impossibilidade de oneração;
- C) a inalienabilidade (sem exceções), a impenhorabilidade, a imprescritibilidade e a possibilidade de oneração;
- D) a alienabilidade (dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, enquanto afetados a fins públicos), a prescritibilidade, a impenhorabilidade e a possibilidade de oneração;
- E) a inalienabilidade (dos bens de uso especial e dos bens de uso comum do povo, quando desafetados a fins públicos), a prescritibilidade, a impenhorabilidade e a possibilidade de oneração.

41) Se uma autarquia federal é citada, em 23 de setembro de 2005, uma sexta-feira, para responder a uma ação de procedimento ordinário que em face dela está sendo movida, sua(s) resposta(s) deverá(ão) ser oferecida(s) até o dia:

- A) 21 de novembro de 2005
- B) 10 de outubro de 2005;
- C) 24 de outubro de 2005;
- D) 03 de outubro de 2005;
- E) 24 de novembro de 2005.

42) O controle judiciário concentrado e o controle judiciário difuso de constitucionalidade são exercidos:

- A) pelo Supremo Tribunal Federal;
- B) respectivamente, por qualquer órgão do Poder Judiciário e pelo Supremo Tribunal Federal;
- C) respectivamente, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça;
- D) respectivamente, pelo Supremo Tribunal Federal e por qualquer órgão do Poder Judiciário;
- E) respectivamente, pelo Ministério da Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

- 43) O princípio segundo o qual *ne procedat iudex ex officio*:
- A) impede, em qualquer hipótese, que o juiz tome a iniciativa de requisitar a produção de provas no processo;
 - B) não impede que o juiz requeira ao Ministério Público a produção de provas no processo;
 - C) não impede que o juiz, para formar seu livre convencimento, requirite a produção de provas no processo;
 - D) impede que o juiz requirite a produção de provas documentais, mas não as pessoais e as testemunhais;
 - E) impede que o juiz requirite a produção de provas periciais e as testemunhais, mas não as documentais.
- 44) O recurso adesivo é cabível:
- A) no recurso extraordinário, no recurso especial, na apelação e no recurso ordinário;
 - B) no recurso especial, no recurso extraordinário, nos embargos infringentes e na apelação;
 - C) no agravo regimental, na apelação, no recurso especial e no recurso ordinário;
 - D) nos embargos infringentes, na apelação, no recurso especial e no recurso ordinário;
 - E) no agravo de instrumento, no recurso ordinário, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário.
- 45) O domicílio dos servidores públicos civis é o:
- A) legal - aquele em que exercem permanentemente suas atribuições como servidores;
 - B) legal - o de sua residência;
 - C) legal - exclusivamente aquele em que se situa a sede da pessoa jurídica de direito público de que é servidor;
 - D) de sua livre eleição ;
 - E) que mais bem atender aos interesses do servidor e de sua família, previamente consultada, a este respeito, a Administração Pública.
- 46) Instrumento jurídico responsável pela criação de uma autarquia federal:
- A) decreto autônomo do Presidente da República;
 - B) parecer normativo aprovado pelo Presidente da República;
 - C) registro em cartório de pessoas jurídicas;
 - D) portaria ministerial;
 - E) lei ordinária.
- 47) Quando a Administração Pública participa, como se fosse um particular, de um contrato de índole civil, como o de locação de imóvel:
- A) não haverá quaisquer distinções entre a Administração Pública e a outra parte contratante;
 - B) prevalecerá o interesse particular, haja vista a natureza civil do contrato de locação;
 - C) a Administração Pública poderá deixar de observar os princípios que devem nortear a sua atuação, já que, neste caso (o do contrato de locação), se equipara ao particular;
 - D) prevalecerá, ainda assim, o interesse público, haja vista que o seu (do interesse público) atendimento constitui-se em finalidade da Administração Pública;
 - E) a Administração Pública poderá deixar de observar todos os direitos do particular.
- 48) Na hipótese de entidade da Administração Pública federal indireta contratar empresa privada para, como terceirizada, realizar serviço diário de limpeza, o vínculo trabalhista dos empregados da referida empresa, enquanto durar o precitado contrato, será com o(a):
- A) ministério a que se encontra vinculada aquela entidade;
 - B) entidade da Administração Pública federal indireta, que não se responsabilizará, entretanto, pelo inadimplemento, durante o contrato, de obrigações previdenciárias e trabalhistas da empresa privada;
 - C) empresa privada, responsabilizando-se, entretanto, a entidade da Administração Pública federal indireta, subsidiariamente, pelo inadimplemento, durante a vigência do contrato, de obrigações previdenciárias e trabalhistas daquela empresa;
 - D) empresa privada, responsabilizando-se, entretanto, exclusivamente, a entidade da Administração Pública federal indireta pelo inadimplemento, durante a vigência do contrato, de obrigações previdenciárias e trabalhistas daquela empresa;
 - E) empresa privada ou com a entidade da Administração Pública federal indireta, de acordo com o que, a este respeito, ficar estipulado no contrato.
- 49) Dois períodos de trabalho - um, de 10 (dez) meses; o outro, de 15 (quinze) meses, sem que o mesmo empregador haja cumprido qualquer obrigação trabalhista para com o mesmo empregado -, mediados por um mês, constituem:
- A) dois contratos de trabalho;
 - B) um único contrato de trabalho, considerados os dois períodos;
 - C) um único contrato de trabalho, considerado unicamente o período de 15 (quinze) meses;
 - D) um único contrato de trabalho, considerado exclusivamente o período de 10 (dez) meses;
 - E) dois contratos de trabalho, haja vista ter havido uma interrupção entre os dois períodos.
- 50) A trabalha, de manhã, como administrador de uma escola privada, da qual é, de noite, professor. Nesta hipótese, tem(têm)-se:
- A) dois contratos de trabalho, haja vista a especificidade de cada um;
 - B) dois contratos de trabalho, haja vista que, em ambos, o empregador é o mesmo;
 - C) um único contrato de trabalho, haja vista que o empregado e o empregador são os mesmos;
 - D) dois contratos de trabalho, haja que, em ambos, o empregado é o mesmo;
 - E) um único contrato de trabalho, haja vista que ambos são cumpridos no mesmo local.